

Associação  
Pinacoteca Arte e  
Cultura - APAC

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020 e 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Assurance Services Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Administradores da  
Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC “Associação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela



determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório



de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 28P2SP023222/O-4

  
Flavio Gozzoli Gonçalves,  
Contador CRC 1SP290557/O-2

## Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		1.454	38	Fornecedores		1.671	1.240
Recursos financeiros vinculados - Contrato de Gestão	4	4.527	4.066	Impostos e contribuições a recolher	8	724	1.935
Recursos financeiros vinculados de projetos	5	22.838	19.169	Salários e férias a pagar	9	1.892	1.802
Contas a receber		179	303	Créditos de projetos a incorrer	10	22.031	18.325
Estoques		408	208	Recursos do contrato de gestão	11	2.039	717
Outros créditos		29	407	Outros créditos		544	-
Despesas antecipadas		564	45				
		<u>29.999</u>	<u>24.236</u>			<u>28.901</u>	<u>24.019</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Doações de bens e direitos a apropriar</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	6.2	2.319	1.846		12	1.507	1.511
Aplicações financeiras vinculadas - Contrato de Gestão	6.1	1.611	1.587	Provisão para contingências	13	44	468
		<u>3.930</u>	<u>3.433</u>	Retenções do contrato de gestão	14	1.611	1.587
						<u>3.162</u>	<u>3.566</u>
						<u>32.063</u>	<u>27.585</u>
Imobilizado	7	1.269	1.371	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível		237	140	Patrimônio social		132	132
		<u>1.506</u>	<u>1.511</u>	Fundo especial		3.239	1.463
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>3.371</u>	<u>1.595</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>35.435</u>	<u>29.180</u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>35.435</u>	<u>29.180</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Receitas das atividades</b>			
Contrato de gestão			
Recursos de órgão do governo	11 e 16.1(a)	18.786	21.167
Ingressos, líquidos dos tributos	16.1(c)	994	1.154
Venda da loja, líquida do custo das vendas e dos tributos	16.1(b)	419	688
Patrocínios não incentivados		142	450
Doações pessoas físicas e jurídicas		206	-
Financeiras		230	120
Outras		191	379
		<u>20.968</u>	<u>23.958</u>
Patrocínio de projetos			
Fundo Patronos		1.262	1.089
Recursos recebidos sem incentivo fiscal		23	-
Recursos recebidos por Leis de incentivo		7.927	8.245
		<u>9.212</u>	<u>9.334</u>
Trabalho voluntário e gratuidade de ingressos	17	<u>1.853</u>	<u>4.778</u>
Próprias			
Doações, projetos e outras	16.3	1.777	362
Financeiras		38	78
		<u>1.815</u>	<u>440</u>
<b>Total das receitas das atividades</b>		<u>33.848</u>	<u>38.510</u>
<b>Despesas das atividades</b>			
Despesas gerais - com contrato de gestão	16.2	(20.968)	(23.958)
Despesas gerais - com patrocínio de projetos	10.1	(9.212)	(9.334)
Trabalho voluntário e gratuidade de ingressos	17	(1.853)	(4.778)
Gerais e administrativas		(39)	(269)
		<u>(32.072)</u>	<u>(38.339)</u>
<b>Total das despesas das atividades</b>		<u>(32.072)</u>	<u>(38.339)</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u>1.777</u>	<u>171</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
<b>Superávit do exercício</b>	1.777	171
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>1.777</u></u>	<u><u>171</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Fundo especial</b>	<b>Superávit (déficit) acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>132</b>	<b>1.291</b>	<b>-</b>	<b>1.423</b>
Superávit do exercício	-	-	171	171
Apropriação do superávit	-	171	(171)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>132</u></b>	<b><u>1.462</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.594</u></b>
Superávit do exercício	-	-	1.777	1.777
Apropriação do superávit	-	1.777	(1.777)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>132</u></b>	<b><u>3.239</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.371</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	1.777	171
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	490	874
Baixa do Ativo Imobilizado	(15)	-
(Estorno) /provisão para contingências	(424)	65
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento)/redução em ativos</b>		
Recursos financeiros do contrato de gestão	(461)	508
Recursos financeiros de projetos	(3.669)	(6.872)
Contas a receber	124	(252)
Estoques	(200)	197
Outros créditos	378	81
Despesas antecipadas	(519)	(7)
Aplicações financeiras vinculadas	(473)	(21)
Aplicações financeiras vinculadas contrato de gestão	(24)	(642)
<b>Aumento/(redução) em passivos</b>		
Fornecedores	431	(607)
Impostos e contribuições a recolher	(1.211)	293
Salários e férias a pagar	90	60
Créditos de projetos a incorrer	3.706	6.750
Recursos do contrato de gestão	1.322	(308)
Doações de bens e direitos a apropriar	(4)	481
Outros créditos	544	-
Retenção do contrato de gestão	24	617
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>1.886</u>	<u>1.388</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	<u>(470)</u>	<u>(1.354)</u>
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<u>(470)</u>	<u>(1.354)</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>1.416</b></u>	<u><b>34</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	38	4
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.454</u>	<u>38</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>1.416</b></u>	<u><b>34</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

### 1 Contexto operacional

A Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, também denominada Associação ou “APAC”, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 1º de dezembro de 2015 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998.

A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca de São Paulo e Memorial da Resistência de São Paulo (“Pinacoteca” ou “Museu”), como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural.

Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- (i) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura, como Contratos de Gestão.
- (ii) Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público, assim como, promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural.
- (iii) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais, ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação.
- (iv) Atuar com os poderes constituídos em âmbitos federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área artística-cultural e estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca de São Paulo e da Associação.

A Associação é reconhecida pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC) como Organização Social de Cultura (OSC), DOE 19 de agosto, de 2005 seção I, página 115, podendo ser contratada pelo Estado para a gestão de equipamentos de cultura por meio de Contrato de Gestão.

A Associação possui como principais fontes de recursos para a manutenção de suas atividades, os repasses do Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo, os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura, e as receitas operacionais do Museu com vendas da loja, vendas de ingressos e cessão onerosa de espaços, além de doações e parcerias com pessoas físicas e jurídicas.

### **Contrato de gestão**

Em 20 de dezembro de 2018 a Associação celebrou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2018), estabelecendo o prazo de vigência de 4 anos e 11 meses, com término em 30 de junho de 2023.

Durante o período do contrato, a Associação receberá parte dos recursos financeiros da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, destinados ao fomento e à operacionalização do Plano de Trabalho, que contempla as atividades na área de museologia na Pinacoteca de São Paulo em seus dois edifícios (Pinacoteca Luz, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência do Estado de São Paulo), e poderá gerir espaços para estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores dos museus, bem como venda de produtos relacionados aos objetivos da APAC, e também explorar café, bar ou restaurante, desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades previstas no Contrato de Gestão.

As principais obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes:

- (i) Executar ações descritas e caracterizadas no Anexo ao Contrato de Gestão - Programa de Trabalho, cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos.
- (ii) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público.
- (iii) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados, assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo deverão fazer parte do patrimônio do Estado).
- (iv) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas nesse Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Contrato de Gestão.
- (v) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público.
- (vi) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social.
- (vii) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Cultura e Economia Criativa os projetos culturais que impliquem:

O empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição.

A restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural por terceiros

- (viii) Submeter trimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão à Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa.
- (ix) Contratar seguro multirrisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos.

No caso de não cumprimento, parcial ou total, ou superação das metas, com variação maior ou menor que 20% (vinte por cento) em relação às metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação deverá justificar a variação e, caso a justificativa não seja acolhida pela Unidade Gestora do Contrato, poderá ser punida com multa. O valor da multa que vier a ser aplicada está determinado no próprio contrato de gestão e será comunicado à Associação, e o respectivo montante descontado dos pagamentos subsequentes devidos em decorrência da execução do objeto contratual.

Os bens patrimoniais cedidos à Administração da Associação a título de Permissão de Uso são os imóveis situados na Praça da Luz, 2 e no Largo General Osório, 66, além do acervo museológico de obras de arte bibliográfico e documental da Pinacoteca de São Paulo.

Pela parceria objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, a Associação estima receber, no prazo e condições acordados, a importância de R\$ 20.987 para 2021, de modo a fazer frente ao Plano de Trabalho pactuado para o ano.

Pela parceria também foi assinado no final do exercício de 2020 o terceiro aditamento do Contrato de Gestão onde foi pactuado o repasse adicional de R\$ 1.000 para custar parte dos projetos executivos da Pinacoteca Contemporânea.

Para o ano de 2020, o contrato previu que a Associação não poderia gastar mais do que 50% do seu orçamento total com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a ser percebidos pelos seus dirigentes e empregados, assim como a remuneração da Diretoria não poderia ultrapassar o valor anual de 4% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas em 46,42% e 4,07% respectivamente para o exercício de 2020 e em 2019 os índices contratados eram 50% e 4% e os percentuais apurados foram (46,22% e 3,78%).

A Administração é requerida a enviar trimestralmente relatórios para acompanhamento das metas. Os relatórios do primeiro ao terceiro trimestre de 2020 foram preparados e encaminhados, após aprovação do Conselho da Associação, para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, tendo sido aprovados pelo Conselho em 14 de abril, 14 de julho e 19 de outubro de 2020, respectivamente. O relatório referente ao quarto trimestre tem prazo de entrega marcado para 28 de fevereiro de 2021, consolidando com relatório anual.

### **Pandemia COVID-19**

Pela parceria objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, a Associação estimava receber, no prazo e condições acordados, a importância de R\$ 20.987 para 2020, de modo a fazer frente

ao Plano de Trabalho pactuado para o ano. No entanto, com a ocorrência da pandemia COVID 19, a partir da segunda metade do mês de março e perdurando durante todo o exercício de 2020, podemos destacar os seguintes impactos relevantes:

- a. Fechamento dos museus do Estado para o público, incluindo Pinacoteca Luz, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência, desde o dia 17 de março até o dia 13 de outubro de 2020, com oferecimento de atividades para o público apenas no ambiente virtual durante esse período;
- b. Redução dos repasses do Contrato de Gestão: a Associação estimava receber, no prazo e condições acordados, a importância de R\$ 20.987 em 2020, de modo a fazer frente ao Plano de Trabalho, mas o Contrato de Gestão nº 01/2018 foi repactuado por meio da Assinatura do 2º aditamento para alteração das metas originalmente contratadas, adequando-as à realidade e para a redução do valor programado de repasse para 2020 de R\$ 20.987 para R\$ 18.049, sendo R\$ 20 utilizados para aquisição de bens moveis, em razão da alegada queda da arrecadação do Estado. Houve redução também na captação dos demais projetos incentivados incluindo Pronac e Proac, onde em 2020 foi recebido R\$ 13.086 e em 2019 foi R\$ 17.045.
- c. Perda das receitas operacionais durante todo o período em que os museus permaneceram fechados, incluindo as gratuidades e trabalho voluntário, salvo receitas recebidas em doação no mesmo período;
- d. Em decorrência das restrições estabelecidas no Plano São Paulo, para controle da pandemia, os museus retomaram suas atividades presenciais para o público a partir de 15 de outubro de 2020, com limitações na capacidade de atendimento e horário de funcionamento. Desde então, os museus têm funcionado com atendimento de até 40% da capacidade de público (além de todo o protocolo sanitário estabelecido para os museus), o que ocasionou uma baixa nas receitas operacionais com venda de ingressos, venda de produtos na loja, e cessão de espaço para eventos, se comparado à expectativa planejada antes da pandemia.
- e. Para que fosse possível o equilíbrio financeiro após a redução no valor dos repasses e a perda das receitas operacionais, além de negociação para redução de escopo e valor de alguns contratos no período, e com intuito de garantir a manutenção dos empregos nesse período, a Associação fez uso do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego, estabelecido pela MP 936/2020, por meio de acordo coletivo com o sindicato da categoria, para suspensão de até 100 (cem) contratos, de atividades relacionadas ao atendimento ao público, e redução de jornada e salários de 40% (quarenta por cento) para contratos que permaneceram em trabalho remoto no mesmo período.
- f. Por conta de todo o período em que o museu permaneceu fechado, houve uma reprogramação das atividades e a Associação solicitou aos órgãos de fomento federal e municipal, readequação dos projetos que contavam com patrocínio de incentivo fiscal, assim como ampliação do prazo para execução e conta com a provação do órgão federal, e aguarda a finalização da análise e aprovação pelo órgão municipal.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2021.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3e).
- Mensuração de provisões para contingências (Nota Explicativa nº 13).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

**e. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **3 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Transações em moeda estrangeira**

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados nas rubricas “Recursos financeiros Contrato de Gestão” e “Recursos financeiros de projetos”.

*Aplicações financeiras vinculadas*

Demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício ou conta de obrigação com o contrato de gestão.

Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, dependendo de autorização do Conselho de Administração ou, quando requerido, do poder público, estando relacionadas com a constituição de Fundos (Notas Explicativas nº 6 e 15).

*Recursos financeiros vinculados*

Recursos financeiros vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão ou a outro projeto incentivado e outros ajustes que lhe deram origem. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados na rubrica de créditos de projetos a incorrer.

*Empréstimos e Recebíveis*

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no

mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

*Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem apenas fornecedores como passivos financeiros não derivativos, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(ii) Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*, durante os exercícios de 2020 e 2019.

**c. Contas a receber**

Estão representadas substancialmente por remuneração de captação por lei de incentivo, cartões de crédito de vendas da loja e da bilheteria.

**d. Estoques e demais ativos circulante e não circulante**

Os estoques são representados substancialmente por artigos de papelaria, *souvenires* e livros.

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, exceto os livros oriundos de doações de projetos culturais que são custeados por Lei de Incentivo.

**e. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (até cinco anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos realizados durante a vigência do contrato serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado.

**f. Provisão para perdas do valor recuperável (*impairment*) em ativos não financeiros, exceto estoques**

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço

líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**g. Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

**h. Créditos de projetos a incorrer**

Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e aprovados pela Secretaria Especial de Cultura, atual Ministério da Cidadania, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o referido programa, pelo Apoio recebido pela Terra Foundation em 2020, por recursos do programa de patronos da Pinacoteca, e em menor valor pelo Programa de Ação Cultural (PROAC) aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e pelo Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-Mac, instituído pela Lei nº 15.948/2013 e regulamentado pelo Decreto nº 58.041/2017. Os montantes ainda não utilizados desses projetos ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. Geralmente, os saldos remanescentes são transferidos para projetos de anos subsequentes após a aprovação, conforme o caso.

**i. Recursos do contrato de gestão**

Estão representados pelos valores recebidos para aplicação em gastos do contrato de gestão, que já foram assumidos compromissos financeiros como despesas antecipadas, estoque e outros créditos e que ainda não foi reconhecida a respectiva receita.

**j. Provisões**

São reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**k. Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data de levantamento do balanço patrimonial.

**l. Doações de bens e direitos a apropriar**

Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito na receita de contrato de gestão, em contrapartida da depreciação registrada como despesa no resultado.

**m. Patrimônio líquido**

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de

terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

**n. Apuração do superávit (déficit)**

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, ou seja quando executado referido contrato, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. As doações de bens e direitos estão comentadas no item (l) desta nota.

A receita de ingressos e lojas decorre substancialmente da venda de livros e souvenirs, e da venda dos ingressos. São reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de débito ou crédito.

A receita de gratuidade está representada substancialmente pela concessão de ingressos a alunos de escolas públicas, entrada franca aos sábados e atrações pontuais para o público em geral, valorizada pelo mesmo montante que seria cobrado de terceiros e sendo contabilizada como se tivesse ocorrido o seu recebimento e uma doação pelos alunos ou escolas (receita e despesa no mesmo montante).

A receita com trabalhos voluntários, conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, é valorizada incluindo os membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensurada ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida as despesas operacionais também no resultado do exercício.

As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas, são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios.

**o. Benefícios a empregados**

A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

**p. Gerenciamento de risco financeiro**

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

***Estrutura do gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

## 4 Recursos financeiros vinculados - Contrato de Gestão

**Contrato de Gestão 001/2018**

Caixa	10	15
Bancos conta movimento - Contrato de gestão	<u>991</u>	<u>789</u>
	1.001	804
Aplicações financeiras		
<i>Banco do Brasil S.A.</i>		
Fundo de Renda Fixa - RF CP Empresa Ágil	3.190	2.298
Fundo de Renda Fixa - RF DI Plus Ágil	<u>209</u>	<u>922</u>
	3.399	3.220
<i>Banco Itaú Unibanco S.A.</i>		
Itaú Especial RF referencial DI	<u>127</u>	<u>42</u>
	4.527	4.066
<b>Total - Contrato de Gestão 001/2018</b>	<u><b>4.527</b></u>	<u><b>4.066</b></u>
<b>Total Recursos Financeiros Vinculados - Contrato de Gestão</b>	<u><b>4.527</b></u>	<u><b>4.066</b></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2020, as aplicações em fundos de investimento do Banco do Brasil S.A. tiveram remuneração aproximadamente de 62% e 30% da taxa DI em 2020 (78% a 89% do DI em 2019) respectivamente e o fundo de investimento do Banco Itaú Unibanco S.A. teve remuneração aproximadamente de 59% ao ano da taxa DI. Em atendimento às cláusulas do Contrato de Gestão, as aplicações financeiras são realizadas substancialmente no Banco do Brasil.

## 5 Recursos financeiros vinculados de projetos

	2020	2019
<b>Bancos conta-movimento</b>		
ProAC edital	80	-
Terra Foundation	3	-
Fundos Patronos	<u>6</u>	<u>14</u>

	<b>89</b>	<b>14</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
Plano anual 2020	10.303	11.685
Terra Foundation	5.014	-
Plano anual 2021	4.486	-
Pronac Pina contemporânea	1.371	-
Fundos Patronos	1.088	1.277
Pro-MAC 2020	487	-
Plano anual 2019 (*)	-	6.061
ProAC 2019 (*)	-	132
	<u>22.749</u>	<u>19.155</u>
<b>Total recursos vinculados de projetos</b>	<u>22.838</u>	<u>19.169</u>

(\*) Projetos já encerrados, em fase de prestação de contas

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações são realizadas no Banco do Brasil e em 2020 as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração entre 62% a 30% (78% a 89% do CDI em 2019) ao ano.

## 6 Aplicações financeiras vinculadas

### 6.1 Contrato de gestão

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Contrato de Gestão 001/2018</b>		
<b>Banco do Brasil S.A.</b>		
Fundo de Renda Fixa – Empresa Ágil (Fundo de Reserva)	1.369	1.346
Fundo de Renda Fixa – DI Ágil (Reserva de Contingência)	<u>242</u>	<u>241</u>
<b>Subtotal - Aplicações financeiras vinculadas (a)</b>	<b>1.611</b>	<b>1.587</b>

### 6.2 Próprias

<b>Banco Itaú S.A.</b>		
Fundo Premium RF Referenciado DI (Fundo Especial)	1935	1.458
Fundo Premium Referenciado DI (Fundo Especial)	<u>384</u>	<u>388</u>
<b>Subtotal - Aplicações financeiras vinculadas (b)</b>	<b>2.319</b>	<b>1.846</b>
<b>Total aplicações financeiras vinculadas</b>	<b>3.930</b>	<b>3.433</b>

As aplicações financeiras apresentaram uma rentabilidade anual média 62% e 30% (78% a 89% do CDI em 2019) do CDI

- (a) As aplicações financeiras vinculadas, estão atreladas as retenções do contrato de gestão, especificamente para os fundos de reserva e contingência, conforme especificados na Nota Explicativa nº 14.
- (b) Essas aplicações vinculadas, referem-se ao fundo especial, que é composto pelos recursos próprios da Associação apurados no superávit / déficits do exercício e de anos anteriores, onde o valor só deverá ser utilizado na própria instituição e sua utilização deve ser definido e aprovado em assembleia pelo conselho administrativo. A contrapartida

desse valor está registrado no Patrimônio líquido na linha de Fundo especial vide Nota explicativa nº 15.

## 7 Imobilizado

	2020		2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	2.404	(2.091)	313	290
Máquinas e equipamentos	1.265	(1.203)	62	82
Instalações	1.115	(635)	480	677
Equipamentos de informática	1.759	(1.358)	401	308
Telefonia	92	(89)	3	-
Equipamentos fotográficos	91	(81)	10	14
	6.726	(5.457)	1.269	1.371

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

### *Em 2020*

Custo	01/01/2020	Adição	Baixa	31/12/2020
Móveis e utensílios	2.284	125	(5)	2.404
Máquinas e equipamentos	1.274	1	(10)	1.265
Instalações	1.115	0	-	1.115
Equipamentos de informática	1.557	202	-	1.759
Telefonia	88	4	-	92
Equipamentos fotográficos	91	-	-	91
Total custo	6.409	332	(15)	6.726
<b>Depreciação</b>				
Móveis e utensílios	(1.994)	(102)	5	(2.091)
Máquinas e equipamentos	(1.192)	(21)	10	(1.203)
Instalações	(438)	(197)	-	(635)
Equipamentos de informática	(1.249)	(109)	-	(1.358)
Telefonia	(88)	(1)	-	(89)
Equipamentos fotográficos	(78)	(3)	-	(81)
Total depreciação	(5.039)	(433)	15	(5.457)
<b>Saldo líquido imobilizado</b>	<b>1.370</b>	<b>(101)</b>	<b>-</b>	<b>1.269</b>

### *Em 2019*

Custo	01/01/2019	Adição	Baixa	31/12/2019
Móveis e utensílios	2.196	88	-	2.284
Máquinas e equipamentos	1.186	88	-	1.274
Instalações	362	753	-	1.115
Equipamentos de informática	1.240	317	-	1.557
Telefonia	88	-	-	88
Equipamentos fotográficos	76	15	-	91
Total custo	5.148	1.261	-	6.409
<b>Depreciação</b>				
Móveis e utensílios	(1.872)	(122)	-	(1.994)
Máquinas e equipamentos	(887)	(305)	-	(1.192)
Instalações	(91)	(347)	-	(438)

*Associação Pinacoteca  
Arte e Cultura – APAC  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020 e 2019*

Equipamentos de informática	(1.158)	(91)	-	(1.249)
Telefonia	(82)	(6)	-	(88)
Equipamentos fotográficos	(75)	(2)	-	(77)
Total depreciação	<u>(4.165)</u>	<u>(873)</u>	-	<u>(5.038)</u>
<b>Saldo líquido imobilizado</b>	<u>983</u>	<u>388</u>	-	<u>1.371</u>

## 8 Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
INSS a recolher	294	293
IRRF a recolher	231	218
FGTS a recolher	91	82
PIS e COFINS a recolher	38	31
ISSQN a recolher	36	1.287
ICMS a recolher	34	24
	<u>724</u>	<u>1.935</u>

## 9 Salários e férias a pagar

	2020	2019
Salários a pagar	577	545
Provisão de férias e encargos	1.315	1.257
	<u>1.892</u>	<u>1.802</u>

## 10 Créditos de projetos a incorrer

	2020			2019		
	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido
Plano anual 2019 (a)	-	-	-	6.478	(1.154)	5.324
Plano anual 2020 (a)	9.903	(413)	9.490	11.685	-	11.685
Plano anual 2021(a)	4.486	-	4.486	-	-	-
ProAC 2019 (b)	-	-	-	98	-	98
ProAC edital (b)	80	-	80	-	-	-
PROMAC 2019 (c)	-	-	-	72	(72)	-
PROMAC 2020 (c)	399	-	399	-	-	-
Fundo Patronos (d)	1.102	-	1.102	1.218	-	1.218
Terra Foundation (e)	5.016	-	5.016	-	-	-
Pronac Pina Cont. (f)	1.302	-	1.302	-	-	-
Outros	156	-	156	-	-	-
	<u>22.444</u>	<u>(413)</u>	<u>22.031</u>	<u>19.551</u>	<u>(1.226)</u>	<u>18.325</u>

- (a) Os Planos Anuais (Planos anuais, 2019, 2020 e 2021) estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC.
- (b) O PROAC (ProAC2019 e ProAC2020) estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução de projetos incentivados pelo Programa de Ação Cultural (PROAC).
- (c) O PROMAC 2019 e 2020 estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução de projetos incentivados pelo Programa de Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-Mac.

- (d) O Fundo dos Patronos está representado por cotas pagas por pessoas físicas que apoiam a aquisição de obras de arte contemporânea para incorporação ao acervo da Pinacoteca.
- (e) São valores representados pela parceria firmada com a Terra *Foundation* para custear parte da montagem da exposição. A exposição estava prevista para acontecer em 2020, porém devido a pandemia da COVID 19 a abertura da exposição foi prorrogada para 2021.
- (f) O Pronac Pina Contemporânea está representado por valores recebidos a título de patrocínio para contratação dos projetos executivos relacionados a construção do prédio que será alocada a Pina Contemporânea.

Os recursos utilizados na execução dos projetos estão apresentados na demonstração do resultado como receitas das atividades na rubrica "Patrocínio de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas gerais - com patrocínio de projetos".

Nos termos do artigo 42, da Instrução Normativa nº 02/2019, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cultura, atual Ministério da Cidadania, os saldos não utilizados de planos anuais poderão ser transferidos para outros planos anuais aprovados pelo Ministério da Cultura, atual Ministério da Cidadania, desde que o projeto anterior seja encerrado e acolhidas as justificativas apresentadas para a transferência de saldo, devendo o saldo transferido somar-se aos recursos já captados para fins de limites de movimentação do projeto vigente.

A movimentação dos projetos pode ser assim demonstrada:

	PRONAC					PROAC		Outros	Total
	2017/2018	2019	2020	2021	Pina Cont.	ProAC19	ProAC20		
<b>Em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>5.813</b>	<b>4.584</b>	-	-	-	-	-	<b>1.178</b>	<b>11.575</b>
Recursos recebidos ou a receber	-	3.376	11.685	-	-	497	-	1.487	17.045
Receitas financeiras e outras	48	270	-	-	-	-	-	26	344
Gastos incorridos na execução do projeto	(264)	(7.338)	-	-	-	(399)	-	(344)	(8.345)
Compra de obras de arte	-	-	-	-	-	-	-	(989)	(989)
Compra de bens móveis e intangível	(11)	(1.154)	-	-	-	-	-	-	(1.165)
Recursos transferidos para novo plano anual e outros	(5.586)	5.586	-	-	-	-	-	(100)	(100)
Recursos devolvidos	-	-	-	-	-	-	-	(40)	(40)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>5.324</b>	<b>11.685</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>98</b>	<b>-</b>	<b>1.218</b>	<b>18.325</b>
Recursos recebidos ou a receber	-	-	168	4.486	1.590	-	80	6.762	13.086
Receitas financeiras e outras	-	26	206	-	14	1	-	68	315
Gastos incorridos na execução do projeto	-	8	(7.462)	-	(302)	(81)	-	(225)	(8.062)
Compra de obras de arte	-	-	-	-	-	-	-	(1.150)	(1.150)
Compra de bens móveis e intangível	-	-	(465)	-	-	-	-	-	(465)
Recursos transferidos para novo PA e outros	-	(5.358)	5.358	-	-	-	-	-	-
Recursos devolvidos	-	-	-	-	-	(18)	-	-	(18)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.490</b>	<b>4.486</b>	<b>1.302</b>	<b>-</b>	<b>80</b>	<b>6.673</b>	<b>22.031</b>

- **Recursos Recebidos ou a receber:** Referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados com e se lei de incentivo. Em 2020 foi recebido o montante de R\$ 13.086 (R\$ 17.045 em 2019), vinculados aos “Programa de Patronos”, Projetos com “Pronac”, “Proac” e “Pro-MAc” e “não Incentivados” onde está alocado a parceria com a Terra Fundation. No exercício foi reconhecida a receita inerente a esses projetos o montante de R\$ 9.212 (R\$ 9.334 em 2019), sendo com os projetos “Pronac”, “Proac” e “Incentivados” o montante de R\$ 7.837 (R\$ 8.001 em 2019) R\$ 1.375 (R\$ 1.333 em 2019) com “Outros” projetos.
- **Gastos incorridos e compras de obras de arte:** referem-se aos gastos empregados nos projetos ao longo do exercício no valor R\$ 1.150 (R\$ 989 em 2019) com compra de obras de arte.

**10.1 A composição das naturezas dos principais gastos incorridos (consumidos) nos projetos pode ser assim demonstrada:**

	2020			2019		
	Plano anual 2020	Outros	Total	Plano anual 2019	Outros	Total
Produção, curadoria, coordenação técnica, transporte, publicações e outros	6.910	192	<b>7.102</b>	5.440	230	<b>5.670</b>
Divulgação	96	-	<b>96</b>	4	-	<b>4</b>
Contratos - Serviços de terceiros	401	301	<b>702</b>	2.266	275	<b>2.541</b>
Material de consumo	3	-	<b>3</b>	13	-	<b>13</b>
Obras de arte	-	1.150	<b>1.150</b>	-	989	<b>989</b>
Outros	44	115	<b>159</b>	14	103	<b>117</b>
	<u>7.454</u>	<u>1.758</u>	<u><b>9.212</b></u>	<u>7.737</u>	<u>1.597</u>	<u><b>9.334</b></u>

**10.2 A composição dos bens móveis e intangíveis adquiridos com recursos dos projetos – Plano Anual pode ser assim demonstrada:**

	2020	2019
Instalações	-	749
Equipamentos de informática	193	254
Softwares	154	112
Máquinas e equipamentos	-	30
Móveis e utensílios	<u>118</u>	<u>20</u>
	465	1.165
Depreciação e amortização	<u>(52)</u>	<u>(121)</u>
	<u>413</u>	<u>1.044</u>

O imobilizado adquirido por Planos Anuais (Lei Rouanet) e demais projetos é apresentado no balanço na linha de “Doações de bens e direitos a apropriar”. Os valores serão incorporados ao imobilizado da Associação quando o projeto for encerrado, entregue a prestação de contas ao Ministério da Cidadania, e transferidos para a Associação, consoante disposição da Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania.

## 11 Recursos do contrato de gestão

A seguir, apresentamos a movimentação do contrato de gestão demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Valores recebidos	Recursos específicos	Recursos Captados	Outras	Consumo	Saldos em 31/12/2020
Contrato de Gestão nº 01/2018	<u>717</u>	<u>18.029</u>	<u>1.000</u>	<u>500</u>	<u>579</u>	<u>(18.786)</u>	<u>2.039</u>
	<u>717</u>	<u>18.029</u>	<u>1.000</u>	<u>500</u>	<u>579</u>	<u>(18.786)</u>	<u>2.039</u>

- **Valores recebidos/captados** - Referem-se aos montantes recebidos por meio de repasses do Governo do Estado e captados para o contrato de gestão.

- **Consumo** - Referem-se aos gastos que foram empregados no contrato de gestão ao longo do exercício social e aquisição de imobilizado.

O valor de R\$ 2.039, refere-se ao saldo acumulado remanescente para custeio do Contrato de Gestão nº 01/2018 de compromissos financeiros já assumidos pela Associação, demonstrado nas contas de estoque, outros créditos e despesas antecipadas, dos quais as receitas ainda não foram apropriadas.

Em 2020 foram assinados os 2º e 3º termos aditivos ao Contrato de Gestão nº 01/2018, para redução orçamentária e metas e para inclusão de repasse adicional de R\$ 1.000 adicionais e meta relacionados ao projeto Pinacoteca Contemporânea.

Ao final do exercício, a Secretaria da Cultura e Economia Criativa não dispunha de informações suficientes a respeito da execução orçamentária do Estado para 2021, o que impossibilitou a assinatura do aditamento ao Contrato de Gestão para o Plano de Trabalho de 2021.

## 12 Doações de bens e direitos a apropriar

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>No início do exercício</b>	1.511	1.030
Bens recebidos em doação ou adquiridos com recursos do contrato de gestão ou de projetos incentivados		
Imobilizado	317	1.261
Intangível	154	95
Apropriação para o resultado – Realização	(475)	(875)
<b>No final do exercício</b>	1.507	1.511

As doações são apropriadas ao resultado na mesma proporção da depreciação ou amortização contabilizada.

A realização da receita de doações está sendo apresentada na demonstração do resultado como dedução da despesa de depreciação, sendo R\$ 105 (R\$ 359 em 2019) decorrente do contrato de gestão, R\$ 279 (R\$ 259 em 2019) de recursos próprios e R\$ 91 (R\$ 257 em 2019) de projetos incentivados.

## 13 Contingências

Na data das demonstrações financeiras, a Associação apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências de projetos da Lei Rouanet ou Trabalhistas:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para contingências PRONAC	13	388
Provisão para contingências trabalhistas	31	80
	<b>44</b>	<b>468</b>

A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela

opinião de seus consultores legais externos.

As contingências trabalhistas, consistem, principalmente, em reclamações de terceiros solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício, do período anterior à Administração da Pinacoteca pela Associação.

A Associação também possui ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, no montante estimado de R\$ 2.937 (R\$ 2.731 em 2019) para cíveis, R\$ 718 (R\$ 3.078 em 2019) para tributárias e de R\$ 43 para trabalhistas. Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessas questões.

## 14 Retenções do contrato de gestão

Abaixo estão demonstradas as destinações e alocações das aplicações financeiras:

	Fundo de reserva (a)	Reserva de contingências (b)	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.346</b>	<b>241</b>	<b>1.587</b>
Aplicação realizada (Nota 14)			
Rendimentos auferidos	23	1	24
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.369</b>	<b>242</b>	<b>1.611</b>

### (a) Fundo de reserva

Será constituído pela APAC à razão de 6% do repasse financeiro recebido no primeiro ano, no montante de R\$ 1.305, como requerido no Contrato de Gestão nº 01/2018 firmado com a Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, estando os recursos financeiros correspondentes aplicados em conta bancária específica e sob a tutela do Conselho de Administração, podendo ser utilizado em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos em recebimentos de recursos, estando o saldo apresentado acrescido dos rendimentos auferidos na sua aplicação.

Em 2018 foi realizado aporte no valor de R\$ 945 e em 2019, novo aporte no valor de R\$ 360 para compor os 6% previstos no contrato.

Embora houvesse a autorização previa do Conselho para o uso no ano de 2020, o uso não foi necessário graças à retomada das atividades e, por consequência, da geração de receitas operacionais.

### (b) Fundo para contingências

Foi constituído em razão do Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009, que determina que a organização social abrirá conta bancária específica, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na qual será depositada parte dos recursos financeiros repassados em decorrência do contrato de gestão, respeitada, para esse fim, porcentagem fixada pelo Secretário de Cultura e Economia Criativa, de comum acordo com a organização social e de modo compatível com a finalidade da conta. O percentual acordado para o repasse de 2019 foi de 1%.

No ano de 2020, por conta das reduções orçamentárias decorrentes da pandemia COVID19, não foi feito aporte ao fundo para contingências.

## 15 Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral, e ao patrimônio do

Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

### **Fundo especial**

Em 2007, a Administração decidiu constituir o Fundo Especial, mediante apropriação de parte do superávit acumulado até aquele ano e integralização dos resultados dos anos subsequentes, para fazer face a eventuais prejuízos ou despesas futuras não recorrentes, inesperáveis ou momentâneos, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

## **16 Receitas e despesas com contrato de gestão**

### **16.1 Receitas do contrato de Gestão**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos</b>		
<b>Repasse Contrato de Gestão - CG nº 05/2013</b>		
6º, 7º e 8º Aditivo do Contrato de Gestão - CG 05/2013	-	15
<b>Repasse Contrato de Gestão - CG nº 01/2018</b>		
1º Aditivo Contrato de Gestão - CG 01/2018	20.987	21.598
2º Aditivo Contrato de Gestão - CG 01/2018	(2.938)	-
3º Aditivo Contrato de Gestão - CG 01/2018	1.000	-
	<b>19.049</b>	<b>21.613</b>
<b>Recursos de órgão do governo</b>		
Receita a apropriar (Nota 11)	(2.039)	(717)
Receita apropriada	717	1.025
Aporte institucional	500	-
Recurso do Fundo de Reserva	-	(576)
Recursos utilizados na compra de bens e intangível	(20)	(178)
Reversão ISS - contrato de gestão	579	-
	<b>18.786</b>	<b>21.167</b>
<b>Subtotal - recursos de órgão de governo (a)</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Venda da loja, líquida do custo das vendas e dos tributos</b>		
Receita bruta de vendas	644	1.125
Custo das vendas	(53)	(348)
Impostos incidentes sobre a venda	(172)	(89)
	<b>419</b>	<b>688</b>
<b>Subtotal - venda de loja (b)</b>		
<b>Ingressos, líquidos dos tributos</b>		
Bilheteria	962	1.215
ISS - Imposto sobre serviços	(46)	(61)
Reversão de ISS - Imposto sobre serviços	78	-
	<b>994</b>	<b>1.154</b>
<b>Subtotal - Ingressos (c)</b>		
<b>Demais receitas</b>	<b>769</b>	<b>949</b>
<b>Total das receitas do contrato de gestão</b>	<b>20.968</b>	<b>23.958</b>

Apesar do museu ter ficado 7 (sete) meses fechado devido a pandemia da COVID 19, a alteração do valor do ingresso de R\$ 15 para R\$ 25 reais e a Venda antecipada para a exposição em cartaz OSGEMEOS, fez com que o resultado do ano de 2020 não tivesse grande impacto.

## 16.2 Despesas do contrato de gestão

A seguir apresentamos as despesas por natureza empenhadas no contrato de Gestão:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Despesas e gastos gerais com contrato de gestão</b>		
Com pessoal	(12.913)	(14.317)
Contratos	(4.690)	(5.263)
Utilidade pública	(1.983)	(1.984)
Pré-produção e preparação	(451)	(476)
Material de consumo	(301)	(495)
Divulgação e comercialização	(137)	(273)
Produção e execução	(136)	(421)
Depreciação e amortização	(105)	(359)
Tributárias	(44)	(25)
Doações – Outras	(11)	(8)
Realização de doações de bens e direitos	105	359
Outras despesas	(302)	(696)
	<u>(20.968)</u>	<u>(23.958)</u>
<b>Total das despesas gerais - com contrato de gestão</b>	<b>(20.968)</b>	<b>(23.958)</b>

## 16.3 Receitas próprias

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Patrocínios (*)	712	36
Prestação de serviços – exposições	237	326
Outras	828	-
	<u>1.777</u>	<u>362</u>
<b>Total</b>	<b>1.777</b>	<b>362</b>

(\*) Refere-se substancialmente a patrocínio para visibilidade de marca na terceiros na exposição “Os Gêmeos”.

## 17 Trabalho voluntário e gratuidade

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Trabalho voluntário (a)	41	66
Gratuidade de ingressos (b)	1.812	4.712
	<u>1.853</u>	<u>4.778</u>
<b>Total</b>	<b>1.853</b>	<b>4.778</b>

(a) O trabalho voluntário é valorizado incluindo remuneração dos membros dos conselhos (Administração, fiscal e consultivo), conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, sendo mensurado ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

(b) A política de gratuidade foi revisada após a reabertura do museu em 15 de outubro e correspondem a isenção do pagamento de ingressos para Menores de 10 anos, Maiores de 60 anos, Pessoa com deficiência, Professores da rede pública, Estudante rede pública, Membros ABCA ou AICA, Membros ICOM, Amigos da Pinacoteca, Conselheiros da Pinacoteca, Patrocinadores / Parcerias, Familiares de funcionários da Pinacoteca, Funcionários de museus

públicos, Funcionários públicos do Est.de SP, Guias de turismo, taxista, jornalista, aos sábados para o público em geral. Também, houve a alteração do valor de R\$ 10 para R\$ 15 reais, antes do fechamento do museu em março, e após a reabertura para R\$ 25.

## **18 Instrumentos financeiros**

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

### **Estimativa do valor justo**

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante esse exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

### **Instrumentos financeiros não derivativos**

Todos os ativos financeiros não derivativos (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Entidade está sujeita aos fatores de:

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de

garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

## **19 Aspectos fiscais (renúncia fiscal)**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD)

### **IRPJ e CSLL**

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, esta goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186, de 2 de setembro de 1975, arts. 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 e art. 195 da Constituição Federal.

### **COFINS sobre as receitas próprias**

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias de acordo com a Lei nº 9.718/98.

Com base na Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu art. 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, serem isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532/97. Em maio de 2008, os advogados da Associação intentaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que seja declarada a

imunidade da Associação ou, subsidiariamente, que seja declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) a venda de produtos relacionados com o escopo do museu, ainda pendente de apreciação. A Associação aguarda decisão do referido pedido.

Após publicação do Decreto nº 8.426/2015, que revogou o Decreto anterior nº 5.442/2005, as receitas sobre aplicações financeiras passaram a ser devidas e são recolhidas pela Associação.

### **ISSQN**

A Associação recolhe ISS sobre serviços prestados e bilheteria, além das retenções de terceiros.

Em 14 de novembro de 2017 foi aprovado a Lei 16.757/2017 que determinou para as OS's estabelecidas no município de São Paulo a isenção de apenas 60% do imposto devido e fixou a alíquota efetiva mínima em 2%, exigível a partir de 2018. Para os anos de 2019 e 2020 a APAC protocolou no site da prefeitura de São Paulo uma auto declaração de imunidade afim de não efetuar o recolhimento do ISS sobre o repasse do contrato de gestão.

Seguindo a sugestão proposta pelo Escritório, a APAC ajuizou a Ação com Procedimento Comum com pedido de tutela de urgência antecipada, distribuída sob o nº 1023690-81.2020.8.26.0053, com vistas ao reconhecimento do seu direito de (i) gozar da imunidade tributária conferida pelo artigo 150, VI, “c”, da Constituição Federal, desde, pelo menos, a data de seu reconhecimento como Organização Social pelo Estado de São Paulo, condenando-se o Município de São Paulo a se abster definitivamente de qualquer ato tendente à cobrança dos créditos tributários de “ISS” existentes e futuros; e (ii) restituir os valores indevidamente recolhidos a título de “ISS” sobre receita de bilheteria, nos termos do artigo 165, I do Código Tributário Nacional, corrigidos desde o recolhimento indevido.

O pedido de tutela de urgência de natureza antecipada, teve como finalidade a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários de “ISS” objetos das Execuções Fiscais nºs 1523407-84.2020.8.26.0090 e 1532975-27.2020.8.26.0090 referentes aos recursos de captação das Leis de incentivo PRONAC e PROAC. Com efeito, em maio de 2020, a 3ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, deferiu o pedido de tutela de urgência antecipada pleiteado pela APAC.

Atualmente, referido processo judicial está em fase de produção de prova pericial, aguardando a entrega do laudo da perícia que já foi realizada.

### **ITCMD – Imposto Transmissão Causa Mortis Doação**

Em maio de 2019 a Associação ingressou com pedido de renovação do ITCMD junto a Secretaria de Estado da Fazenda para que lhe fosse concedido isenção para o período de 16 de outubro de 2019 a 15 de outubro de 2020.

Em dezembro de 2019 a Secretaria da Cultura e Economia Criativa e a Secretaria da fazenda do Estado de São Paulo, publicaram a resolução conjunta SCEC/SFP 01 onde ampliaram para 3 (três) anos o prazo de validade do ITCMD para todos que tivessem um ITCMD vigente na data da publicação da resolução conjunta.

### **PIS**

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a instituição tem por obrigação o recolhimento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas Autoridades Fiscais.

## 20 Cobertura de seguros

Para a renovação do seguro em 2020, a seguradora considerou para a cobertura dos imóveis da Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca o valor de R\$ 198.900.

A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, com vigência de 5 de junho de 2020 a 5 de junho de 2021. As coberturas de seguros contratadas (locais - Praça da Luz, 2 - Bom Retiro - CEP 01120010, Largo General Osório,66-Santa Ifigênia, CEP: 01212000 e Av. Tiradentes, 273 - Luz , CEP: 01101010) têm os seguintes limites:

incêndio (inclusive decorrente de tumultos), raio, explosão de qualquer natureza, implosão e queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais ou espaciais	121.000
vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impactos de veículos terrestres e fumaça	1.733
roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado	58
roubo de valores no interior das dependências do segurado	23
roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento	12
danos elétricos	1.155
equipamentos móveis	220
Desmoroamento	500
equipamentos eletrônicos sem roubo	330
Despesas com recomposição de Registros e Documentos	50
Fidelidade	200
Quebra de vidros	66
Vazamento acidental do tanques e tubulações	200
tumultos ou greve	348
pequenas obras de engenharia	500
danos por água	50
despesas com salvamento e contenção de sinistros	200
remoção de entulhos	200
cobertura para despesas fixas	1.000

Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil com cobertura contratada de limite máximo de R\$ 10.000 e Seguro D&O (Directors and Officers Liability Insurance”) com cobertura contratada de limite máximo de R\$ 5.000.

Há ainda uma apólice “guarda-chuva” contratada para 2020, com limite máximo de cobertura de R\$ 20.000 para transporte nacional por empresa especializada, R\$ 15.200 para obras de arte expostas em locais temporários e R\$ 190.910 para todas as obras expostas nos espaços administrados pela Associação, incluindo os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão. Com relação às obras de arte em circulação, recebidas na Pinacoteca ou enviadas para exposições em outras localidades, são contratados seguros específicos para cobertura enquanto a obra estiver em trânsito ou em local externo às reservas técnicas da Pinacoteca.

\* \* \*

Jochen Volz  
Diretor-geral

Marcelo Costa Dantas  
Diretor administrativo-financeiro

Renata Aparecida Silva de Melo  
Contadora  
1 SP 269.659/O-2